



**ACÓRDÃO Nº190/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1798/2011.**  
**Aposos:** Processos nº 2235/2010 e 3503/2010.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC.
- 4- **Advogados:** Dra. Leda Mourão da Silva - OAB/AM nº 10.276; Dra. Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM nº 11.193; Dr. Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM nº 11.414 (Sr. Gedeão Amorim).
- 5- **Exercício:** 2010.
- 6- **Responsável:** Sr. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado e Ordenador de Despesa no período de 01/01/2010 à 29/03/2010 e 14/05/2010 à 31/12/2010, Sra. Cinthia Régia do Livramento Gomes, Secretária de Estado e Ordenadora de Despesa no período de 30/03/2010 à 13/05/2010.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 556-2016-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.4557/4558).
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC. Exercício 2010.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Prazo.  
Recomendação. Encaminhamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), de responsabilidade do **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário de Estado e Ordenador da despesa de 01/01/2010 à 29/03/2010 e 14/05/2010 à 31/12/2010, nos termos do art. 1º, II, art. 22, III, alíneas b e c, da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, inciso III, alíneas b e c, da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), de responsabilidade da **Sra. Cinthia Régia do Livramento Gomes**, Secretária de Estado e Ordenadora da despesa de 30/03/2010 à 13/05/2010, nos termos do art. 1º, II, art. 22, III, alíneas b e c, da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, inciso III, alíneas b e c, da



**ACÓRDÃO Nº190/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Resolução TCE nº 04/2002;

**10.3- Considerar em Alcance o Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, no valor de **R\$ 3.891.759,95** (três milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos), nos termos do art. 5º, da Lei nacional nº 8.429/1992 c/c art. 304, inciso I do Regimento Interno deste TCE/AM, conforme verificado no(a):

**a)** Tomada de Preços nº 12/2010, o valor de R\$ 206.260,62 (duzentos e seis mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos), solidariamente com a empresa Construtora Matrix Construção Conservação e Comércio Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**b)** Tomada de Preços nº 11/2010, o valor de R\$ 235.782,77 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), solidariamente com a empresa Império Construções e Serviços Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**c)** Tomada de Preços nº 08/2010, o valor de R\$ 131.991,08 (cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e um reais e oito centavos), solidariamente com a empresa Construtora Carramanho Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**d)** Tomada de Preços nº 07/2010, o valor de R\$ 202.577,90 (duzentos e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e noventa centavos), solidariamente com a empresa Teplan Construtora Indústria e Comércio Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**e)** Tomada de Preços nº 10/2010, o valor de R\$ 518.087,35 (quinhentos e dezoito mil, oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), solidariamente com a empresa Torres Construções Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**f)** Tomada de Preços nº 06/2010, o valor de R\$ 234.432,37 (duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos), solidariamente com a empresa H.B. Engenharia Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**g)** Concorrência nº 57/2010, o valor de R\$ 129.870,00 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e setenta reais), solidariamente com a empresa Construtora Amazon Indústria e Comércio Ltda. e o Sr. Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA);

**h)** Concorrência nº 80/2008, o valor de R\$ 2.002.638,81 (dois milhões, dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos);

**i)** Concorrência nº 83/2010, o valor de R\$ 230.119,05 (duzentos e trinta mil, cento e dezenove reais e cinco centavos), solidariamente com a empresa H.B. Engenharia Ltda. e o Sr.



**ACÓRDÃO Nº190/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Allan Almeida dos Reis (Fiscal da SEINFRA).

- 10.4- Considerar em Alcance** a empresa MCA Construtora Ltda., solidariamente com o **Sr. Allan Almeida dos Reis** (Fiscal da SEINFRA), no valor de **R\$ 434.428,92** (quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos), nos termos do art. 5º, da Lei nacional nº 8.429/1992 c/c art. 304, inciso I do Regimento Interno deste TCE/AM, conforme verificado na Tomada de Preços nº 05/2010;
- 10.5- Aplicar Multa** no valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos) ao **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, nos termos do art. 54, inciso III da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 308, inciso V do Regimento Interno deste TCE/AM, pelo DANO AO ERÁRIO verificado nas Tomadas de Preços nº 06, 07, 08, 10, 11 e 12/2010; e concorrências nº 80/2008, 57 e 83/2010;
- 10.6- Aplicar Multa** no valor de **R\$ 1.096,03** (mil, noventa e seis reais e três centavos) ao **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, nos termos do art. 54, inciso II da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 308, inciso II (antigo art. 308 inciso I, alínea c), do Regimento Interno deste TCE/AM, em face dos itens 1.11 e 2 da análise da DICAD-AM (Sistema ACP), violando os arts. 3º e 4º da Res. Nº 07/2002-TCE;
- 10.7- Aplicar Multa** no valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) ao **Sr. Gedeão Timóteo Amorim** em face das graves infrações às normas legais e regulamentares, nos termos do art. 54, inciso II da LO-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI do RI-TCE/AM, conforme verificado abaixo:
- a)** Pela violação a Lei nacional nº 8.666/93, consubstanciada no item 8 (alíneas b e c) da Notificação da DICAD-AM;
- b)** Pela violação ao art. 65, caput da Lei nacional nº 8.666/93, bem como do art. 2º, caput e parágrafo único, inciso VII da Lei estadual nº 2.794, de 06.05.2003, conforme verificado nas Tomadas de Preços nº 02, 05, 09, 10, 11, 12, 78/2010-CGL e Termo de Contrato nº 57/2010;
- c)** Pela violação ao Art. 6º, IX, "f" c/c art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/93 (ausência dos elementos das Composições de Custos Unitários), conforme verificado nas Tomadas de Preços nº 02, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 78/2010-CGL, Termo de Contrato nº 57/2010; Concorrências nº 80/2008, 54 e 83/2010-CGL e Convite nº 27/2010-CGL;
- d)** Pela violação ao Art. 67º, § 1º, da Lei 8.666/93 (ausência dos Diários de Obra), conforme verificado nas Tomadas de Preços nº 02, 04, 05, 06, 07, 78/2010-CGL; Concorrências nº 80/2008, 54 e 83/2010-CGL;
- e)** Pela violação ao art. 73, I, "b" da Lei 8666/93 (ausência dos Termo de Recebimento Provisório/Definitivo), conforme verificado na Tomada de Preços nº 02, 10/2010-CGL e Termo de Contrato



**ACÓRDÃO Nº190/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

nº 57/2010;

**f)** Pela violação ao Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Lei Federal nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o Art. 1º c/c Art. 2º c/c Art. 3º da Resolução N.º425 de 18/12/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA (ausência das Anotações de Responsabilidade Técnica), conforme verificado na Tomada de Preços nº 07, 08, 10, 11/2010-CGL; Concorrência nº 54/2010-CGL e Convite nº 27/2010-CGL;

**g)** Pela violação ao Art. 58º, III, Art. 67º a 70º e 112º da Lei 8.666/93 (ausência das Portarias designando responsáveis pela Fiscalização dos Contratos), conforme verificado na Tomada de Preços nº 06/2010-CGL

**h)** Pela violação ao Art. 62º da Lei 8.666/93 (ausência das Ordens de Serviço), conforme verificado na Tomada de Preços nº 06, 78/2010-CGL; Concorrências nº 54 e 83/2010-CGL

**10.8- Conceder Prazo** ao **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, e demais considerados em alcance, de **30 dias** para o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96 c/c art. 174 da Resolução TCE 04/02 ) com as devidas atualizações monetárias (art.55 da Lei 2.423/96 c/c o art.308, §3º da Resolução TCE 04/02 ), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art.175 da Resolução TCE nº 04/02;

**10.9- Recomendar** à SEDUC que apresente em suas próximas Prestações de Contas Anuais o Relatório e Certificado de Auditoria, com Parecer do dirigente do Órgão do Controle Interno (Lei nº 2.423/1996, art. 10, inciso III c/c art. 77 do Decreto estadual nº 7.682, de 29/12/1983 c/c art. 2º, inciso I da Res. 05/1990-TCE/AM).

**10.10- Encaminhar** cópia dos autos ao Ministério Público Estadual – MPE/AM para avaliar se as condutas indicadas nestes autos configuram ou não crimes e/ou atos de improbidade administrativa do **Sr. Gedeão Timóteo Amorim** e demais considerados em alcance, e adotar as providências que entender necessárias, nos termos do art. 22, §3º, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002.

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 27 de Março de 2018.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**12.2 - Declaração de Impedimento:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art 65 do Regimento Interno)

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº190/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral